

À
Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos
Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos
A/C Ilmo. Senhor Pregoeiro

Ref: Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 2/2015 ; Processo n.º 00011.000045/2015-40

CALL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.003.257/0001-10, sediada no SIBS, Quadra 01, Cj. B, Lote 14, CEP: 71736-102, como interessada no procedimento licitatório em epígrafe, amparada no disposto no constante do item 29, subitem 29.1 do Edital, bem como no parágrafo 1º do Artigo 41 da Lei n.º. 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, apresentar

IMPUGNAÇÃO

aos termos do edital acima referenciado, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão. O expediente de que aqui se trata pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigência feita em extrapolação ao disposto na Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações posteriores, com intuito, **inclusive de evitar que ocorra a restrição de universo de competidores, ilegalidade esta apta a eivar todo o procedimento.**



BREVE RESUMO DOS FATOS

A impugnante é empresa interessada em licitação promovida pela União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, que objetiva a seguinte contratação, *in verbis*:

“1 – DO OBJETO

1.1 – Contratação, por meio de Registro de Preços, de serviço de Solução Global para implantação, operação e gestão do Disque Direitos Humanos com execução de Teleatendimento Receptivo, na forma humana e eletrônica, e Teleatendimento Ativo na forma humana, com disponibilização de instalações físicas, disponibilização e sustentação de infraestrutura de Tecnologia da Informação, mobiliário, pessoal, telefonia, equipamentos e aplicativos básicos, destinados ao Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de Atendimento (SONDHA), conforme condições e especificações descritas neste Edital e seus anexos.”

Assim sendo e analisando pormenorizadamente o Edital, a impugnante verificou incongruências constantes do Instrumento Convocatório para com as disposições legais constantes da Lei nº 8.666/93 e demais comandos legais aplicáveis à espécie, sendo necessária a exclusão de alguns termos ou a retificação dos mesmos, caso o entendimento da Administração não seja no sentido de rechaçar os pontos destoantes da matriz da disputa. Objetivando fincar tal entendimento serão abaixo pormenorizadas as disposições editalícias que necessitam de reparo e/ou retificação, em tópico próprio.

No entanto, antes de se adentrar ao mérito dos itens editalícios cujo vício se identificou, é necessário, oportunamente, consignar que o intuito colimado com a peça ora manejada não é de criar imbróglis ao correto e regular andamento do certame em tela, mas tão somente adequar os termos licitados às disposições legais, normativas e jurisprudenciais acerca do tema, as quais também serão pormenorizadas ao longo deste expediente.

Indispensável também dizer que a impugnante possui plena capacidade técnica e financeira para responsabilizar-se pelo futuro contrato, acaso se sagre como vencedora da disputa em tela. Seu único objetivo ao impugnar o ato convocatório é exercer o direito de petição que lhe é constitucionalmente previsto, bem como sinalizar à Administração Licitante as incongruências editalícias verificadas.

Assim sendo, passa, portanto, a tecer as considerações pertinentes ao Instrumento Convocatório da disputa de que aqui se trata, *quantum satis*.

DOS ITENS EDITALÍCIOS IMPUGNADOS E QUE CAMINHAM EM DISSONÂNCIA PARA COM OS PRECEITOS INSCULPIDOS NA LEI 8666/93 E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE.

Findada a breve explanação anterior, a licitante passa a apontar as inconformidades constantes do Edital, referentes aos preços atinentes aos postos licitados e, ainda, à questão envolvendo a métrica concernente ao Acordo de Nível e sanções pertinentes, pontos estes que estão todos insculpidos no Instrumento Convocatório e que, salvo melhor juízo, caminham em dissonância para com os preceitos legais e jurisprudenciais acerca da espécie, conforme restará demonstrado a seguir.

Destaca-se, de pronto, que da leitura acurada do termo convocatório, constata-se que cláusulas editalícias, incluídas no corpo do instrumento, estão claramente a afrontar as disposições constantes do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, violando, notadamente, o princípio da legalidade e da obtenção da proposta mais vantajosa.

Logo, se mantidos incólumes os comandos editalícios vergastados nesta oportunidade, tem-se, sem sombra de dúvida, que a Administração Pública não alcançará a obtenção da proposta mais vantajosa e nem tampouco à eficiência que lhe deve ser peculiar, comprometendo, assim, a própria supremacia do interesse público.

Para que se alcance tal raciocínio, necessário se faz transcrever o dispositivo editalício atacado, mais precisamente o Anexo II do Termo de Referência, que trata dos valores máximos estabelecidos para o serviço que se pretende contratar, qual seja:

ANEXO II

VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	STHG – Serviço de Teleatendimento Humano Generalista (Receptivo e Ativo)	Hora	30.400	25,75	782.800,00	9.393.600,00
2	STHE – Serviço de Teleatendimento Humano Especialista (Receptivo e Ativo)	Hora	7.600	36,33	276.108,00	3.313.296,00
3	SAEM – Serviço de Análise, Encaminhamento e Monitoramento	Posto	106	8.222,25	871.558,50	10.458.702,00
4	SAO – Serviço de Apoio a Operação	Posto	56	6.298,00	352.688,00	4.232.256,00
5	STC – Serviço de Treinamento e Capacitação Continuada	Posto	5	5.340,00	26.700,00	320.400,00
Valor Máximo Global						27.718.254,00

Ora, a leitura do comando editalício supra, revela os valores máximos que deverão ser considerados pelas licitantes quando e por ocasião da formulação de suas propostas. Verifica-se ao longo da matriz da disputa, também o fato de que será desclassificada a proposta que apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido em Edital, não sendo outra a disposição dos itens abaixo transcritos:

“11 – DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

(...)

11.2 – Deverá, na proposta, apresentar a declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

(...)

11.5 – Apesar de o critério de julgamento ser o MENOR VALOR GLOBAL ANUAL, a empresa deverá respeitar os valores máximos unitários, conforme o Anexo II deste Edital.

(...)

12 – DA ACEITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

(...)

12.2 – Será desclassificada a proposta final que:

(...)

12.2.3 – apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;”

Pois bem, o dispositivo vergastado restaria perfeitamente consignado se não fosse por um único ponto: Os montantes consignados como **MÁXIMOS UNITÁRIOS E GLOBAIS** pela Administração Licitante **PARA OS ITENS 1, 2, 4 E 5 NÃO SE ENCONTRAM ADERENTES E/OU CORRELACIONADOS COM OS PREÇOS**

PRATICADOS EM MERCADO. A comprovação de tal situação segue evidenciada pelos cálculos abaixo consignados, senão vejamos:

• **MEMÓRIA DE CALCULO - ITEM 1**

STHG - Serviço de Teleatendimento Humano Generalista (Receptivo e Ativo)		
Valor Estimado da HPA (Hora de PA)	25,75	
Produtividade Máxima de Horas/mês Por Operador	114,40	(5,2 horas em 22 dias - conforme item 2.3.1 b e 7.4.2 do TR)
Valor Máximo por Operador/mês	2.945,80	(25,75 x 114,40 horas)
Impostos (5% ISS, 3% PIS, 0,65% COFINS, 2% INSS)	-313,73	10,65%
Despesas administrativas	0,00	0%
Lucro	0,00	0%
Despesas mensais com Infraestrutura	-700,00	(Instalações Físicas, Equipamentos, Sistemas, Mobiliário, etc)
Vale Alimentação	-528,00	(R\$ 24 ao dia x 22 dias no mês CCT Sinttel/DF)
Vale Transporte	-132,00	(R\$ 6 ao dia x 22 dias - DFTRANS/DF)
Plano de Saúde	-80,00	
SALDO PARA SALÁRIO E ENCARGOS	1.192,07	
Encargos Sociais	-655,64	55%
Restante para salário	536,43	<= valor salarial <u>incompatível</u> com o perfil profissional. Menor que o salário mínimo nacional e distante do salário mínimo da categoria CCT Sinttel/DF que é de R\$1.006,32. Além do mais o perfil profissional exigido requer cursando curso superior em ciências humanas e/ ou ciências sociais. Atualmente o salário deste perfil é de <u>R\$ 1.060,35</u>

• **MEMÓRIA DE CALCULO - ITEM 2**

STHE - Serviço de Teleatendimento Humano Especialista (Receptivo e Ativo)		
Valor Estimado da HPA (Hora de PA)	36,33	
Produtividade Máxima de Horas/mês Por Operador	114,40	(5,2 horas em 22 dias - conforme item 2.3.1 b e 7.4.2 do TR)
Valor Máximo por Operador/mês	4.156,15	(25,75 x 114,40 horas)
Impostos (5% ISS, 3% PIS, 0,65% COFINS, 2% INSS)	-442,63	10,65%
Despesas administrativas	0,00	0%
Lucro	0,00	0%
Despesas mensais com Infraestrutura	-700,00	(Instalações Físicas, Equipamentos, Sistemas, Mobiliário, etc)
Vale Alimentação	-528,00	(R\$ 24 ao dia x 22 dias no mês CCT Sinttel/DF)
Vale Transporte	-132,00	(R\$ 6 ao dia x 22 dias - DFTRANS/DF)
Plano de Saúde	-80,00	
SALDO PARA SALÁRIO E ENCARGOS	2.353,52	
Encargos Sociais	-1.294,44	55%
Restante para salário	1.059,08	<= valor salarial <u>incompatível</u> com o perfil profissional requerido no item 9.1 do TR, pois o profissional deverá ter Curso Superior Completo na Área de ciências humanas e/ ou ciências sociais; Atualmente o salário deste perfil é de <u>R\$ 1.708,00</u>

• **MEMÓRIA DE CALCULO - ITEM 3**

SAEM - Serviço de Análise, Encaminhamento e Monitoramento		
Valor Estimado do Posto	8.222,25	
Impostos (5% ISS, 3% PIS, 0,65% COFINS, 2% INSS)	-875,67	10,65%
Despesas administrativas	0,00	0%
Lucro	0,00	0%
Despesas mensais com Infraestrutura	-700,00	(Instalações Físicas, Equipamentos, Sistemas, Mobiliário, etc)
Vale Alimentação	-528,00	(R\$ 24 ao dia x 22 dias no mês CCT Sinttel/DF)
Vale Transporte	-132,00	(R\$ 6 ao dia x 22 dias - DFTRANS/DF)
Plano de Saúde	-80,00	
SALDO PARA SALÁRIO E ENCARGOS	5.906,58	
Encargos Sociais	-3.248,62	55%
Restante para salário	2.657,96	<= valor salarial <u>compatível</u> com o perfil profissional requerido no item 9.1 do TR. Atualmente o salário deste perfil é de R\$ 2.494,00

• MEMÓRIA DE CÁLCULO - ITEM 4

SAO - Serviço de Apoio à Operação		
Valor Estimado do Posto	6.298,00	
Impostos (5% ISS, 3% PIS, 0,65% COFINS, 2% INSS)	-670,74	10,65%
Despesas administrativas	0,00	0%
Lucro	0,00	0%
Despesas mensais com Infraestrutura	-700,00	(Instalações Físicas, Equipamentos, Sistemas, Mobiliário, etc)
Vale Alimentação	-528,00	(R\$ 24 ao dia x 22 dias no mês CCT Sinttel/DF)
Vale Transporte	-132,00	(R\$ 6 ao dia x 22 dias - DFTRANS/DF)
Plano de Saúde	-80,00	
SALDO PARA SALÁRIO E ENCARGOS	4.187,26	
Encargos Sociais	-2.302,99	55%
Restante para salário	1.884,27	<= valor salarial <u>incompatível</u> com o perfil profissional requerido no item 9.1 do TR, pois os profissionais deverão ter Curso Superior Completo na Área de ciências humanas e/ ou ciências sociais com experiência profissional de no mínimo 1 (um) ano em atendimento em Direitos Humanos, além de, Superior completo, preferencialmente com pós-graduação concluída em Psicologia; Atualmente a média salarial dos profissionais que compõe este serviço é de R\$ 2.724,00

• MEMÓRIA DE CÁLCULO - ITEM 5

STC - Serviço de Treinamento e Capacitação Continuada		
Valor Estimado do Posto	5.340,00	
Impostos (5% ISS, 3% PIS, 0,65% COFINS, 2% INSS)	-568,71	10,65%
Despesas administrativas	0,00	0%
Lucro	0,00	0%
Despesas mensais com Infraestrutura	-700,00	(Instalações Físicas, Equipamentos, Sistemas, Mobiliário, etc)
Vale Alimentação	-528,00	(R\$ 24 ao dia x 22 dias no mês CCT Sinttel/DF)
Vale Transporte	-132,00	(R\$ 6 ao dia x 22 dias - DFTRANS/DF)
Plano de Saúde	-80,00	
SALDO PARA SALÁRIO E ENCARGOS	3.331,29	
Encargos Sociais	-1.832,21	55%
Restante para salário	1.499,08	<= valor salarial <u>incompatível</u> com o perfil profissional requerido no item 9.1 do TR, pois os profissionais deverão ter Curso Superior Completo na Área de ciências humanas e/ ou ciências sociais com no mínimo 6 (seis) meses de experiência profissional em treinamento e educação continuada como facilitador/instrutor/monitor/docente em atividades de planejamento de cursos voltados para a temática de direitos humanos comprovado por meio de publicação no Diário Oficial ou contrato de trabalho; Atualmente a média salarial dos profissionais que compõe este serviço é de R\$ 5.081,00

Pela simples memória de cálculo apresentada acima, resta claro que os Valores Máximos consignados pela Administração não permitirão ao particular sequer adotar remunerações dos profissionais executores dos serviços compatíveis com as qualificações exigidas em edital.

Verifica-se que o montante que sobra para a remuneração dos profissionais é de discrepância ímpar ao que atualmente é adotado. Tal assertiva declinada pela Impugnante se dá pela condição de atual prestadora do serviço em comento, bastando para tanto uma análise do que se tem hoje na remuneração dos profissionais que executam o contrato.

Neste prisma particular, considerando o próprio processo de repactuação em análise nesta SDH do atual contrato firmado com esta Impugnante, somente para o item 1 que trata do Atendimento Generalista, numa simples exclusão dos elementos que compõe o atual modelo e considerando as regras de produtividade máximas atribuídas pelo novo edital que limita a produtividade em 114,40 horas ao mês, valor da hPA seria de R\$ 35,04, ou seja bem superior ao máximo estimado para a nova contratação de tão somente R\$ 25,75, senão vejamos:



PROPOSTA REMUNERAÇÃO			Projeto c/c CCT - 2015/2016 (percentual) e/ou Valor (valor absoluto)			
Item	Posto/Categoria	Unidade	% de Realize	Qtd	Vir. Unitário	Reperação 2015/2016
1	Analista de Tráfego e Qualidade	Unidade	8,42%	0	R\$ 2.695,24	R\$ -
2	Apoio ao Treinamento e Educação Continuada	Unidade	8,42%	0	R\$ 1.753,33	R\$ -
3	Apoio a Gestão de Dados e Informações	Unidade	8,42%	0	R\$ 1.988,04	R\$ -
4	Apoio Psicológico	Unidade	8,42%	0	R\$ 3.192,62	R\$ -
5	Atendimento Especialista	Unidade	8,42%	0	R\$ 1.708,06	R\$ -
6	Atendimento Generalista	Unidade	8,42%	285	R\$ 1.060,48	R\$ 302.237,74
7	Coordenação Temática	Unidade	8,42%	0	R\$ 3.369,06	R\$ -
8	Supervisão de Teleatendimento	Unidade	8,42%	0	R\$ 2.516,90	R\$ -
9	Monitoria de Teleatendimento	Unidade	8,42%	0	R\$ 1.988,04	R\$ -
10	Adicional Noturno	Horas	8,42%	15.085		R\$ 22.844,85
TOTAL				285		R\$ 325.082,59
ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS						
Grupo A - Encargos Sociais Básicos			Grupo A - Encargos Sociais Básicos			
A1	INSS		0,00%		R\$ -	
A2	SESI ou SESC		1,50%		R\$ 4.876,24	
A3	SENAI ou SENAC		1,00%		R\$ 3.250,83	
A4	INCR		0,20%		R\$ 650,17	
A5	SEBRAE		0,60%		R\$ 1.950,50	
A6	Salário Educação		2,50%		R\$ 8.127,06	
A7	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/RAT		4,91%		R\$ 15.961,56	
A8	FGTS		8,00%		R\$ 26.006,61	
TOTAL			19,71%		R\$ 60.822,56	
Grupo B - Encargos Sociais e Trabalhistas			Grupo B - Encargos Sociais e Trabalhistas			
B1	Férias		11,13%		R\$ 36.116,68	
B2	Auxílio Doença		0,08%		R\$ 260,07	
B3	Licença Maternidade		1,30%		R\$ 4.226,07	
B4	Licença Paternidade		0,90%		R\$ 2.925,74	
B5	Faltas Legais		2,20%		R\$ 7.151,82	
B6	Acidente de Trabalho		0,72%		R\$ 2.340,59	
B7	Aviso Prévio Trabalhado		0,03%		R\$ 97,52	
B8	13º Salário		8,33%		R\$ 27.079,38	
TOTAL			34,69%		R\$ 107.923,27	
Grupo C - Encargos Sociais e Trabalhistas			Grupo C - Encargos Sociais e Trabalhistas			
C1	Aviso Prévio Indenizado		1,40%		R\$ 4.551,16	
C2	Indenização Adicional		1,02%		R\$ 3.315,84	
C3	Indenização nas rescisões sem justa causa		4,00%		R\$ 13.003,30	
TOTAL			6,42%		R\$ 20.870,30	
Grupo D - Encargos Sociais e Trabalhistas			Grupo D - Encargos Sociais e Trabalhistas			
D1	Incidência dos Encargos do Grupo "A" sobre o "B"		4,62%		R\$ 15.005,02	
TOTAL			4,62%		R\$ 15.005,02	
Grupo E			Grupo E			
E1	Incidência dos Encargos do Grupo "A" sobre o Item C1 do Grupo "C"		0,26%		R\$ 845,21	
TOTAL			0,26%		R\$ 845,21	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS					54,68%	R\$ 177.755,16
INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA						
A	Vale Transporte				R\$ 48.795,50	
B	Vale Alimentação/Refeição				R\$ 197.324,92	
C	Assistência Médica				R\$ 19.071,75	
D	Assistência Odontológica				R\$ 2.456,70	
E	Seguro de Vida				R\$ 400,83	
F	Crachá/Uniformes/Equipamentos				R\$ 445,61	
G	Auxílio Funeral				R\$ 439,62	
H	Auxílio Creche				R\$ 1.070,60	
I	Ações Motivacionais				R\$ 1.125,33	
J	Treinamento e Reciclagem				R\$ 468,89	
K	Ginástica Laboral				R\$ 1.406,66	
TOTAL					R\$ 273.006,41	
OUTROS CUSTOS						
DESCRIÇÃO		UNIDADE				
A	Instalações Físicas	vb			R\$ 32.758,48	
B	Equipamentos	vb			R\$ 13.171,26	
C	Mobiliário	vb			R\$ 11.394,25	
D	Manutenção Infra/Tecnologia	vb			R\$ 79.759,77	
TOTAL					R\$ 137.083,76	
RESUMO - Mão-de-obra vinculada à Execução Contratual						
I	Remuneração				R\$ 325.082,59	
II	Encargos Sociais				R\$ 177.755,16	
III	Insumos de Mão-de-obra				R\$ 273.006,41	
IV	Insumos Diversos				R\$ 137.083,76	
TOTAL MÃO-DE-OBRA					R\$ 912.927,92	
DEMAIS COMPONENTES						
A	Despesas Operacionais/Administrativas		8,00%		R\$ 73.034,23	
B	Lucro		7,00%		R\$ 69.017,35	
TOTAL DEMAIS COMPONENTES					R\$ 142.051,58	
TRIBUTOS						
1	PIS		0,65%		R\$ 7.425,41	
2	COFINS		3,00%		R\$ 34.271,13	
3	ISS		2,00%		R\$ 22.847,42	
4	INSS		2,00%		R\$ 22.847,42	
TOTAL TRIBUTOS			7,65%		R\$ 87.391,37	
QUADRO RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS						
Mão-de-obra					R\$ 912.927,92	
Demais Componentes					R\$ 142.051,58	
Tributos					R\$ 87.391,37	
Valor Mensal do Serviço					R\$ 1.142.370,87	
Valor por Operador					285 R\$ 4.008,32	
Produtividade máxima de hPA por Operador					R\$ 114,40	
Valor Unitário hPA					R\$ 35,04	

Outrossim, imperioso destacar que a planilha acima reflete condição defasada de mercado, principalmente quanto ao aspecto de infraestrutura que não recebeu nenhum reajuste ao longo do período contratual, bem como para com a realidade da operação que, por característica própria, possui níveis de absenteísmo e *turnover* acentuado o que carece ao fornecedor de equipe reserva além da produtividade máxima que possa ser alcançada.

Destarte, outra não é a conclusão: **OS PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO SÃO INEXEQUÍVEIS E NÃO REFLETEM A REALIDADE DE MERCADO CAPAZ DE PROVER A LIVRE CONCORRÊNCIA E POR CONSEQUENCIA ALCANÇAR A EFICIÊNCIA E QUALIDADE DO SERVIÇO.**

Comprovada a discrepância dos preços máximos fixados no Instrumento Convocatório com aqueles efetivamente praticados em mercado, é certo que a manutenção incólume dos valores máximos admitidos ensejará a confecção de propostas manifestamente inexequíveis por parte das licitantes, podendo resultar na frustração do procedimento licitatório ou mesmo em **GRAVE PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CASO DE FUTURA CONTRATAÇÃO.**

Alinhe-se ao anteriormente exposto, também a afirmação de que com a estipulação de valores máximos pelo próprio Órgão Licitante, em discrepância para com aqueles efetivamente praticados em mercado, torna-se evidente que a disputa de que aqui se trata encontra-se eivada de vício formal que pode causar dano imensurável ao erário e à própria sociedade, razão pela qual o mesmo merece urgente e inquestionável reparo, de modo que a supremacia do interesse público seja preservada.

Assim, é claro que não se pode admitir como aceitável a existência de parâmetro para a formulação das propostas e que sirva de base para seu posterior julgamento, que lastreie, em seu bojo, prejuízo à Administração.

E essa proposição se torna ainda mais abalizada em razão dos comandos emanados na Instrução Normativa nº 5, de 27/06/2014 da SLTI do MPOG, vez que aquele normativo traz diretrizes procedimentais administrativas para a realização de

pesquisas de preços e aquisição de bens e contratação de serviços gerais que devem ser observadas pela Administração.

Igualmente inaceitável que incorretos paradigmas sejam tidos como critérios de formulação das propostas, eis que repercutirão negativamente em propostas que, inegavelmente, se revestem em meios indispensáveis para o correto processamento da disputa.

Amparando tal conclusão é a explanação incontestada do Tribunal de Contas da União para o tema, o qual define expressamente em seu Manual de Licitações e Contratos, o que é o Termo de Referência e quais são os elementos indispensáveis que dele devem constar, senão vejamos:

“• Termo de referência – documento que deve conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.” (Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 893) (Grifou-se)

Pelo exposto, esta impugnante evoca à reflexão dessa Administração os princípios da eficiência e da eficácia alinhados à livre concorrência e ampla competição, visto que o próprio fornecedor do atual objeto não possui condições operacionais de ofertar o preço máximo aceitável posto que incondizente com os preços usualmente praticados em mercado, e isto, obviamente, é anti-isonômico!

De certo, mesmo que a Administração tenha como guarida informação processual de que realizou pesquisa de mercado, de duas uma: (i) ou houve falha na obtenção das médias de mercado; OU (ii) a Administração atribuiu valores aos itens a partir de valores de outros contratos da Administração Pública, os quais muito provavelmente estejam defasados e/ou em padrões distintos aos licitados;

Tendo em vista o equívoco apontado, é necessário que seja integralmente retificado o Anexo II do Termo de Referência, mais precisamente os valores máximos unitários e globais dos itens 1,2, 4 e 5, conforme anteriormente pormenorizado,

inclusive dando-se publicidade à metodologia e aos preços de mercado que balizaram tal estimativa.

A possibilidade jurídica para a retificação é encampada pela Corte Federal de Contas e visa, por óbvio, a extirpação do vício apontado, eis que a manutenção do supracitado Anexo não ensejará a obtenção da proposta mais vantajosa e se dissociará das disposições legais insculpidas no artigo 3º da Lei nº 8.666/93. Comprovando a assertiva ora elencada, transcreve-se o entendimento daquele Egrégio Tribunal, qual seja:



"Para verificar se a cotação ofertada em determinada licitação está em conformidade com o mercado, é necessário que à época do julgamento das propostas a estimativa da licitação esteja devidamente atualizada. Essa atualização pode ser, inclusive, para mais ou para menos." (Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU /Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 485) (Grifou-se)

Assim sendo, requer-se, de pronto, a retificação dos valores unitários e Globais máximos estabelecidos para os itens 1, 2, 4 e 5 do Anexo II, para atendimento dos preceitos legais e posicionamento jurisprudencial acima delimitados.

Importante dizer que a manutenção dos itens combatidos, tal como originalmente disposto, certamente não persistirá se levada a conhecimento do Tribunal de Contas Federal, o qual, em casos análogos determinou irretocavelmente que, *in verbis*:



"Cumpra rigorosamente, ao elaborar futuros editais de licitação e conduzir os respectivos julgamentos, as exigências previstas nos arts. 7º, § 4º, 40, incisos I e X, 48, inciso II, da Lei 8.666/1993, arts 3º, incisos I e II, da Lei 10.520/2002, e 9º, incisos I e IV, e §2º, do Decreto 5.450/2005, de modo a viabilizar a segura aferição da melhor proposta, bem assim da eventual inexecuibilidade de preços." (Acórdão 1055/2009 Plenário) (Grifou-se)



A proposta vantajosa agrega (a) preços economicamente satisfatórios e exequíveis, (b) o cumprimento pelo licitante vencedor das obrigações contratuais assumidas e (c) a aquisição de bens e serviços em tempo hábil ao atendimento do interesse público." (Acórdãos 2172/2008 e 1615/2008 Plenário (Relatório do Ministro Relator)(Grifou-se)

Por tudo, quanto exposto, acredita-se ter demonstrado indubitavelmente a necessidade de retificação das disposições editalícias anteriormente mencionadas, **providência que desde já se requer.**

f

Destaca-se, por oportuno, que havendo a retificação pugnada, certo é que deverá haver a republicação do Instrumento Convocatório em razão do estabelecido no **artigo 4º, V da Lei 10.520/2002, procedimento que também se pleiteia nesta oportunidade.**

Finalizadas as considerações pertinentes para o ponto anterior, cumpre ressaltar que a leitura delimitada do Edital revela também incongruência quanto ao **Acordo de Nível de Serviço e os níveis mínimos de serviços** que devem ser atingidos futuramente pela Contratada.

A cognição supra é fruto do constante no item 14.3.3 do Termo de Referência, o qual elucida que as metas a serem alcançadas advirão do atendimento da média dos últimos 12 meses de 2014, das chamadas entrantes/mês estipuladas no quadro abaixo consignado, vejamos:

	2014												TOTAL / MÉDIA
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
Ligações Entrantes	2.887.661	2.212.095	2.546.371	2.619.576	2.607.624	2.596.584	2.728.428	2.162.946	2.241.296	2.093.618	2.476.977	2.297.820	29.180.939
Média Mensal	232.289	184.341	212.198	218.298	217.285	216.382	227.369	179.412	186.775	174.468	206.413	191.485	2.431.745
Entrantes	1.224.574	1.043.890	1.182.182	1.187.165	1.189.470	1.175.471	1.219.467	928.938	961.787	893.709	1.029.552	961.972	12.321.442
Multiplicadas	298.294	252.261	286.876	286.972	285.596	282.085	292.862	226.188	236.044	218.502	248.596	238.380	2.919.247
Chamadas Multiplicadas	1.073.780	891.629	1.044.329	1.059.476	1.057.977	1.097.403	1.049.969	892.750	725.743	732.183	780.957	723.592	19.402.195
Tempo de Atendimento	604.068	488.901	527.689	529.792	525.693	449.541	478.978	295.216	289.622	189.820	304.816	324.958	6.947.907
Chamadas Atendidas	819.717	753.328	818.674	770.682	781.289	726.940	740.489	600.344	676.043	641.432	724.741	638.380	7.402.247
Tempo de Atendimento em hora	10.068	8.145	8.794	8.831	8.761	7.492	7.983	4.920	4.760	3.164	5.080	5.382	115.633
Tempo de Atendimento em hora	40.65	20.35	22.36	22.28	22.15	20.26	20.41	12.25	11.67	7.48	12.62	13.55	283.35
TMA (seg)	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240
TMA (seg)	92	112	120	112	115	81	76	128	161	169	176	176	129.16

Fica disposto igualmente na matriz da disputa que a licitante vencedora deverá considerar o TMA (tempo médio de atendimento) de 240 (duzentos e quarenta) segundos para alcançar as metas anteriormente mencionadas.

Assim, operando-se um mero cálculo aritmético, nota-se o seguinte:

- 1) Total de Ligações Entrantes em 2014: 12.321.442;
- 2) Média mensal de ligações entrantes em 2014 (12.321.442 ligações / 123 meses)
= 1.026.786 ligações entrantes ao mês
- 3) Tempo total de Ligações Entrantes multiplicadas pelo TMA de 240 segundos:
(1.026.786 ligações x 240 segundos) = 246.428.840 segundos;
- 4) **Conversão dos segundos acima em horas de ligações: 68.452 horas.**

Entretanto, as diretrizes da disputa de que aqui se trata trazem a informação, no Anexo II e ao longo de todo o texto, de que as quantidades dispostas para a contratação dos itens 1 e 2 são, respectivamente, 30.400 e 7.600, totalizando exatas 38.000 (trinta e oito) mil horas.

RESULTADO: A META DA LICITANTE DE TER QUE ATENDER A MÉDIA DE 1.026.786 LIGAÇÕES ENTRANTES AO MÊS COM TMA DE 240 SEGUNDOS É DESPROPORCIONAL AO TOTAL DE HORAS LOGADAS COINTEGRADAS PARA ESTA FUNÇÃO, QUE É DE TÃO SOMENTE 38.000 HORAS.

Vê-se, de acordo com a fórmula aritmética anteriormente colocada que os serviços referentes aos itens 1 e 2, cuja contratação é pretendida pela Administração, **ESTÃO CLARAMENTE SUBDIMENSIONADOS.**

Pise-se, a simples conta matemática levou em consideração que **TODAS** as hPA's Contratadas (38.000 hPA's) fossem convertidas em tempo falado (Tempo Total de Conversação) ou seja em efetiva ligação.

Neste ponto importante ressaltar que as hPA's compõe-se tanto do tempo falado como também de outros tempos necessários à plena execução dos serviços, conforme definido no item 6.3 "a" do TR, a saber:

"a) Para efeitos de contratação, será considerada hora de posição de atendimento logada (hPA), o tempo, medido em horas, em que a (o) teleatendente estiver efetivamente disponível para o atendimento ou em conversação com o cidadão, (Tempo Total de Conversação - TTC), o tempo em que estiver em atividades de apoio psicossocial, de treinamento e educação continuada, ginástica laboral, atividades motivacionais, feedback com monitores (as) e supervisores (as), reuniões técnicas com monitores, supervisores e coordenação e pausas para o banheiro.

Ora, não pode a Administração exigir ao particular aquilo que é irracional. Ou a Administração estima as quantidades contratadas de forma proporcional à sua demanda e exige metas proporcionais e racionais (níveis de serviço) aos seus objetivos ou retifica a forma de aferição de nível de serviço e metas em aspectos quantitativos de forma proporcional ao que se pretende contratar.

E é importante que se diga que não se pode aventar, neste particular, a assertiva de que os quantitativos a serem contratados se tratam de mera estimativa, já que, como se sabe, a estimativa deve ser coerente para com a futura contratação do serviço. Isto porque, o quantitativo estimado serve de base para que as licitantes façam a formulação de suas propostas com e o devido dimensionamento da operação de acordo com os parâmetros máximos estabelecidos no certame.

Assim, se os quantitativos mínimos estiverem em desacordo com o próprio serviço que se pretende contratar, ter-se-á ainda em sede de disputa pública, a apresentação de propostas que certamente conterão subdimensionamento dos recursos necessários para a prestação dos serviços e preços díspares para que a efetiva execução contratual se consume.

Vale lembrar que se tal condição não for regularmente observada pela Administração Pública ensejará futuramente o aumento significativo concernente ao valor do ajuste administrativo que será firmado entre o Órgão Licitante e a futura prestadora do serviço, afim de que se mantenha o equilíbrio contratual e se alcance a justa remuneração do serviço.

Logo, vislumbra-se que tal impropriedade caminha não só contra as disposições legais constantes do artigo 3º da Lei Federal de Licitações e Contratos, como também contra o disposto na melhor jurisprudência acerca da matéria, a qual segue abaixo colacionada:



"Faça constar em seus processos licitatórios:

- *a demonstração da importância e pertinência com o objeto da licitação dos critérios de pontuação técnica adotados;*
- *o orçamento detalhado em planilhas; e*
- *os cálculos e projeções que levaram ao dimensionamento do objeto da contratação.*" (Acórdão 2533/2008 Plenário) (Grifou-se)

Destarte, entende-se como necessário que haja a retificação do Instrumento Convocatório neste particular, de modo que a diretriz do certame seja efetivamente corrigida para que o valor estimado guarde efetiva relação para com o montante que virá a ser contratado.

Ademais, é de dizer que a retificação anteriormente pleiteada também busca equalizar a requisição editalícia que se encontra disciplinada no item 14, subitem 14.4 e

14.4.1, os quais tratam dos indicadores de desempenho para as posições de atendimento medidos por hPA.

Naquele item e subitens fica estabelecido que o Nível de Serviço será igual ao total de ligações atendidas dentro da meta de determinada pela **CONTRATANTE**, dividido pela soma obtida pelo total de ligações atendidas pelos operadores, e o total de abandonadas, em termos percentuais, apurado diariamente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Total de Ligações atendidas em até 20s.}}{(\text{Total de Ligações Atendidas}) + (\text{Total de Ligações Abandonadas com mais de 20s})}$$

Note-se que a fórmula para aferição dos serviços encontra-se plenamente vinculada ao total de ligações atendidas, as quais, por sua vez, estão atreladas ao quadro demonstrativo que estabelece o quantitativo a ser observado referente às metas e aos atendimentos que devem ser realizados.

Desta feita, havendo discrepância entre os valores fixados como máximos pela Administração para com aqueles que efetivamente tratam da prestação dos serviços, é certo que a execução contratual restará prejudicada, eis os dimensionamentos de recursos a serem ofertados pelas licitantes estarão atrelados aos valores máximos previstos em Edital e não aos quantitativos necessários para a futura execução contratual.

Ademais, a manutenção desta condição no cerne da diretriz do certame ainda impingirá à futura contratada penalizações de todas as sortes, consubstanciadas e oriundas dos descumprimentos dos níveis de serviço.

Como cediço, essa situação repercutirá financeiramente de maneira negativa para a futura vencedora, eis que o pagamento é diretamente vinculado às exigências contratuais e editalícias. Escorando tal entendimento é a jurisprudência da Corte de Contas Federal para o tema, senão vejamos:



"Os bens e serviços entregues pelo contratado devem atender as exigências contratuais sob pena de glosa nos pagamentos." (Acórdão 1553/2007 Plenário - Sumário) (Grifou-se)

E uma vez que a Administração entenda pela aplicação de penalidades administrativas calcadas em parâmetros que são conflitantes em si, conforme

anteriormente demonstrado, outra situação não será impingida à futura Contratada que não a acima descrita, conforme se vê pelo excerto abaixo destacado:



“Pague somente serviços prestados na totalidade, mediante evidência documental da realização dos serviços contratados, de acordo com a qualidade prevista no edital da licitação e após o efetivo controle dos fiscais do contrato, conforme disposto no art. 3º da Lei no 8.666/1993.” (Acórdão 1330/2008 – Plenário) (Grifou-se)

Assim sendo, torna-se imperiosa a retificação editalícia dos itens acima declinados, de modo que os mesmos caminhem em consonância para com os regramentos legais e jurisprudenciais acerca da espécie, providência que desde já se requer.

E encampando a Administração Pública as teses declinadas até o momento, torna-se ainda necessária a republicação do Instrumento Convocatório, para que as retificações pleiteadas nesta assentada sejam devidamente conhecidas pelas licitantes interessadas, atendendo-se, portanto, o princípio da publicidade insculpido na Lei 8.666/93.

Finalmente, resta pontuar uma última incongruência editalícia, a qual, igualmente às anteriormente declinadas, impende de idêntico reparo. Esta encontra-se devidamente encartada no item 9 do Termo de Referência, o qual dispõe acerca dos Requisitos de Recursos Humanos e mais especificamente dos requisitos de qualificação dos Operadores.

Lendo atentamente o subitem 9.1 do referenciado Termo verifica-se que para o serviço associado de Supervisor de Teleatendimento e Supervisor de Tratamento, Encaminhamento e Monitoramento, e para outros Perfis ali descritos no item são atribuídas a exigência de **experiência profissional de 1 (um) ano em “ATENDIMENTO” em “DIREITOS HUMANOS”.**

Analisando o cerne de tais requisições em alinhamento com as peculiaridades dos serviços prestados conclui-se que estes profissionais somente poderão ser recrutados na cidade de Brasília/DF, vez que não há em qualquer lugar da federação o préstimo de serviço que seja, ainda que remotamente, análogo, compatível ou correlacionado ao que se pretende contratar ou ao que já vem sendo disponibilizado ao público por esta Secretaria através do disque 100.

Não há notícias de que esta temática de “ATENDIMENTO” tenha outro patrocínio público ou ainda privado fora do contexto de atuação da SDH no Distrito Federal e que frutifique a possibilidade de captação de profissionais com a experiência exigida em outras localidades.

Relevando-se tal condição entende-se como verificada a existência de paradigma que pode restringir a ampla competitividade e reduzir, potencialmente, o universo de licitantes interessados em participar da disputa.

Ora, acredita-se não ser mais necessário pontuar que este tipo de estipulação encontra-se em afronto com o disposto no artigo 3º da Lei 8.666/93 e deve ser efetivamente rechaçada do Instrumento Convocatório ou, sem segunda análise, retificada para que se amolde aos preceitos legais vigentes, vez que sua manutenção pode ensejar a anulação da disputa em tela. Raciocínio idêntico é o prelecionado pelo Tribunal de Contas Federal acerca da questão, o qual segue a seguir consubstanciado:



“Determina-se a anulação de certame viciado por irregularidades graves que restrinjam o caráter competitivo da licitação, e caracterizem ofensa as disposições da Lei no 8.666/1993, bem assim a jurisprudência do TCU.” (Acórdão 80/2010 Plenário - Sumário) (Grifou-se)



“A indevida restrição à competitividade em razão de exigência editalíssima que desobedece ao disposto no art. 37, inciso XX I, da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 3º, caput e § 1º, inciso I, e 30, § 6º, da Lei de Licitações e Contratos, conduz a anulação do processo licitatório.” (Acórdão 1495/2009 Plenário - Sumário) (Grifou-se)



“Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determina-se à entidade promotora que adote as providências visando a anulação da licitação.” (Acórdão 2993/2009 Plenário - Sumário) (Grifou-se)

Importante dizer também que caso não acatadas as teses e requisições constantes desta Impugnação, hipótese que se admite tão somente por amor ao debate, tal situação repercutirá negativamente tanto sobre o princípio da eficiência quanto sobre o próprio interesse público e, portanto, poderá ser alvo de análise pelos Tribunais Competentes, procedimento este que se autoriza pelos posicionamentos doutrinários competentes e demais jurisprudências pertinentes à questão, *quantum satis*:

“ TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONTRATO. INEXECUÇÃO. PROCESSUAL. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DOS GESTORES. IMPRUDÊNCIA E NEGLIGÊNCIA. FALTA DE CAUTELA E ZELO. CULPA IN ELIGENDO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONTAS IRREGULARES E REGULARES COM RESSALVA.

1. A inexecução contratual da qual decorre dano ao erário federal só interessa ao TCU quando estiver presente uma conduta dolosa ou culposa

de algum agente público, havendo responsabilidade solidária da entidade privada e dos agentes públicos envolvidos.

2. A responsabilidade dos administradores de recursos públicos segue a regra geral da responsabilidade civil, pois trata-se de responsabilidade subjetiva, a despeito de o ônus de provar a correta aplicação dos recursos caber àqueles." (Tribunal de Contas da União. Acórdão 2343/2006 - Plenário. 06/12/2006. Relator: Min. Benjamin Zymler. Disponível em <<http://www.tcu.gov.br>>.

" MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 142. "associado à Administração Pública, o princípio da eficiência determina que a Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população. Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão – características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções" (Grifado)

RAMOS, Dona Maria de Oliveira. Terceirização na Administração Pública. São Paulo: Editora LTR, 2001 "a eficiência pretendida pelo texto constitucional (art. 37, caput) não se esgota na adoção pelo Poder Público de procedimentos formalmente corretos. A sociedade aspira a que a Administração adote os métodos mais apropriados, dentro de avançados padrões técnicos. O administrador não será responsabilizado se o resultado não for o esperado, mas apenas se não diligenciou para que a Administração adotasse todos os procedimentos ao seu alcance para obter o melhor intento. O que se exige é que a Administração trabalhe com qualidade, opere de forma a colocar à disposição da sociedade os avanços tecnológicos próprios da modernidade, esteja voltada para o atendimento satisfatório das necessidades do todo coletivo. A correção dos métodos será determinante na obtenção dos melhores resultados".

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p.94. "o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros". (Grifado)

ÁVILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr/jun.2003, p. 127. "eficiente é a atuação administrativa que promove de forma satisfatória e os fins em termos quantitativos, qualitativos e probabilísticos. Para que a administração esteja de acordo com o dever de eficiência, não basta escolher meios adequados para promover seus fins. A eficiência exige muito mais do que mera adequação. Ela exige satisfatoriamente na promoção dos fins atribuídos à administração. Escolher um meio adequado para promover um fim, mas que promove o fim de modo insignificante, com muitos efeitos negativos paralelos ou com pouca certeza, é violar o dever de eficiência administrativa. O dever de eficiência traduz-se, pois, na exigência de promoção satisfatória dos fins atribuídos à Administração Pública, considerando promoção satisfatória, para esse propósito, a promoção minimamente intensa e certa do fim. Essa interpretação remete-nos a dois modos de consideração do custo administrativo: a um modo absoluto, no sentido de que a opção menos custosa deve ser adotada, indiferente se outras alternativas, apesar de mais custosas, apresentam outras vantagens; a um modo relativo, no sentido de

que a opção menos custosa deve ser adotada somente se as vantagens proporcionadas por outras opções não superarem o benefício financeiro”.

Relevando-se o exposto entende-se como necessário o expurgo das requisições editalícias em comento, ou em alternativa hipótese a sua retificação, para que se faça se propicie à ampla competitividade, a observância ao princípio da eficiência e, ainda, a preservação da supremacia do interesse público, tudo em consonância com o disposto na Lei 8.666/93 e demais diplomas legais correlatos.

De se reiterar, por indispensável, a clara violação aos preceitos básicos insculpidos a Lei de Licitações e por via de consequência o disposto no artigo 37 da Constituição Federal. Logo, os referenciados itens editalícios merecem urgente reparo para que se amoldem aos preceitos legais supramencionados. E isto porque a condição primordial para a eficácia e validade do ato administrativo é exatamente a adequação aos princípios jurídicos exteriorizados na norma.

Não obstante, a licitação, como procedimento administrativo que é, visa atingir uma dupla finalidade, sendo esta **a de selecionar a proposta que se apresente como a mais vantajosa para a futura contratação, buscando, no entanto, preservar à própria Administração Contratante.** Desta lição não destoa o ilustre MARÇAL JUSTEN:

“Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º.

***Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º”** (in ‘Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos’, Ed. Dialética, 5ª edição, fls. 54).*

Como anteriormente pontuado neste expediente, o Edital da licitação de que aqui se trata não atende aos princípios e normas legais constantes da Lei nº 8.666/93, principalmente aqueles inseridos no §1º inciso I do artigo 3º, senão vejamos:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

(...)” (Grifou-se)

A conclusão indubitável a que se chega é a de que as disposições editalícias delimitadas e oportunamente vergastadas não se amoldam aos comandos legais, doutrinários e jurisprudenciais que regem à matéria, merecendo, portanto, urgente reparo.

Assim sendo, face ao exposto e à doutrina administrativista que apoia a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a observância aos preceitos da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade e de julgamento objetivo outra solução não há senão o acolhimento das razões acima elencadas, para que o edital seja retificado, sob pena de se estar corroborando para a violação para com os ditames previstos na Lei nº 8.666/93, nos moldes que anteriormente se expôs.

DA CONCLUSÃO E DOS REQUERIMENTOS

Aduzidas as razões que balizaram a presente manifestação, esta Impugnante, requer, com supedâneo na Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que:

1. Sejam retificados os itens editalícios impugnados, nos moldes aqui dispostos, de modo que atendam as disposições legais constantes dos normativos citados ao longo deste, adequando-se, assim, aos termos das legislações vigentes e aos princípios basilares da Administração Pública, principalmente os princípios da legalidade, da eficiência, da supremacia do interesse público, que foram flagrantemente violados e de todos os outros anteriormente citados;
2. Sejam estabelecidos novos valores de referência estimada, para que os mesmos estejam de acordo com as práticas de mercado e não frustrem a obtenção da proposta mais vantajosa e atenda os aspectos de qualidade e eficiência da Administração;
3. Sejam expurgadas do Instrumento Convocatório as disposições que tratam sobre exigência de experiência em **“ATENDIMENTO” em Direitos Humanos** para determinados perfis, pelas razões anteriormente dispostas, ou em alternativa análise que sejam os mesmos retificados para que se amoldem aos preceitos legais, doutrinários e jurisprudenciais vigentes;



4. Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro, ressaltando-se desde já que tal decisão não prejudicará e/ou obstará eventual análise pelos Tribunais Competentes, sejam eles os de Contas ou os que integram o Judiciário.

Nestes Termos, Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 18 de junho de 2015.


Fábio Souto
Representante Comercial
Call Contact Center
CALL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA